



Ativismo no espaço público e o espaço dos novos comuns: Diretrizes para o engajamento social por meio do design, planejamento e placemaking

Public Space Activism and the Space for the New Commons: Directions for Socially Engaged Design, Planning, and Placemaking

Jeff Hou*

*Jeff Hou é professor de paisagismo na Universidade de Washington. Como pesquisador, professor e paisagista, Jeff trabalha com engajamento comunitário e projetos participativos, focando nos temas de espaço público, democracia, e justiça social e ambiental. É autor e editor de numerosos artigos e livros sobre urbanismo insurgente, ativismo urbano e diversidade social, sendo o mais recente *City Unsilenced: Urban Resistance and Public Space in the Age of Shrinking Democracy* (Routledge, 2017).

Resumo

Este artigo foi desenvolvido com base numa palestra apresentada ao Departamento de Paisagismo na Universidade Estadual de Nova York em Syracuse em abril de 2017. O título original era “Ativismo no espaço público e a retomada dos comuns”. Mudei o título para sua versão atual por perceber, depois, que a questão não é a retomada ou restauração de um espaço comum que teria existido no passado, mas a construção de novos comuns – novas relações sociais, novos modelos de interação na sociedade que podem ser facilitados por meio de práticas de design, planejamento e placemaking. Essas práticas se apoiam no que já sabemos e fazemos em termos de engajamento comunitário, mas o fazem de uma maneira mais ágil, conectada e aberta, uma maneira exemplificada por aspectos do ativismo recente no espaço público. Parte deste artigo foi também publicada previamente na revista científica *Perspecta* n. 50 (HOU 2017a).

Palavras-chave: Design participativo; Seattle; Taipei; comunidades multiétnicas; paisagismo

Abstract

This article was prepared based on a talk given at the Department of Landscape Architecture at SUNY ESF (College of Environment, Science and Forestry, State University of New York) in April 2017. The original title was Public Space Activism and Reclaiming the Commons. It was changed to the current title as I realized later that the focus was not about reclaiming or restoring commons that once existed but instead about new commons – new social relationships, new model of interactions in the society that can be facilitated through design, planning, and placemaking practices that build on what we know and do already in community engagement but in a more nimble, networked, and open-ended manner, a manner that is exemplified in aspects of recent public space activism. Additionally, part of the writing has been previously published in *Perspecta* 50 (HOU 2017a).

Keywords: Participatory design; Seattle; Taipei; multiethnic communities; landscape design.

Introdução: Ativismo no espaço público

O ativismo no espaço público como fenômeno social e político vem configurando uma forma distinta de movimento social urbano já há algum tempo, muito antes de manifestações recentes como Occupy Wall Street, a Primavera Árabe e o Movimento 15-M na Espanha. Em 1971, cidadãos em Estocolmo uniram-se para proteger um popular bosque de olmos no parque Kungstradgarden, que iriam ser removidos para a construção de uma estação de metrô. Podemos considerar isso como um antecessor do movimento Occupy, pelo fato de os cidadãos terem ocupado o espaço com seus próprios corpos como meio de protesto e de pressão para conseguir resultados. Em Estocolmo, a ocupação levou a cidade a repensar maneiras de incluir o público de forma mais efetiva no processo de planejamento. No início dos anos 90, Reclaim the Streets (Retome as ruas) surgiu como movimento em Londres, para diminuir o uso automobilístico das ruas e devolvê-las às pessoas. Podemos considerar isso como um exemplo pioneiro de Zona Autônoma Temporária,

em que cidadãos temporariamente ocuparam a rua para organizar eventos e expressar sua visão sobre a cidade de forma pública. Esta também foi a época em que o movimento Critical Mass (Massa crítica) começou em São Francisco – uma reunião mensal de ciclistas que virou tradição e se espalhou pelo mundo, continuando até hoje.

Observo que esses movimentos têm ao menos duas coisas em comum. Primeiro, sugerem que espaços públicos, sejam ruas ou outros espaços abertos, podem ser algo integral à cultura e senso de identidade de uma sociedade. O espaço público é tanto um lugar quanto um conceito que define a relação do indivíduo com a sociedade. Em segundo lugar, o espaço público pode ser ele mesmo um veículo eficaz para a mobilização social e para a expressão do poder cidadão. É algo que pode ser transformado com a participação de indivíduos e grupos coletivos. Como um lugar onde podem acontecer desde reuniões de pequenos grupos a mobilizações de massa, o



Figura 1. Occupy Wall Street transformou parques e calçadas em espaços para o debate de ideias políticas entre desconhecidos e passantes. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

1. Os protestos ocorreram porque, segundo os ativistas, a empresa Google e outras companhias de tecnologia digital haviam pago uma taxa baixíssima à cidade pelo direito de estacionar seus ônibus nas ruas. O serviço de ônibus, por sua vez, permite aos funcionários dessas empresas morar em diversos bairros da cidade, espalhando a gentrificação pelas áreas em que decidem residir.

espaço público permite a expressão e a visualização de ideias e opiniões. A mobilização social e a atenção que a sociedade passa a prestar a tal espaço podem então se transformar em força política, e assim cobrar que as autoridades cumpram seu papel ou respondam a demandas. Nesse contexto, o ativismo no espaço público é uma forma de ação social construída tanto sobre os significados culturais quanto o potencial emancipatório do espaço público.

Recentemente, temos visto o ativismo de espaço público adquirir um caráter mais urgente e um tom claramente mais político, mas ainda assim continuando a representar uma dualidade similar – primeiro, o espaço público como conceito, como algo compartilhado pela sociedade e essencial à democracia; segundo, o espaço público como lugar e veículo de mobilizações, protestos e visibilidade. Durante os protestos de Occupy Wall Street, por exemplo, o espaço público serviu como palco para encontros entre desconhecidos, que podiam se reunir, participar em processos coletivos de decisão, e ter diálogos políticos que não teriam ocorrido de outra forma. Até mesmo o confronto entre a polícia e os ativistas gerou debates sobre a gestão, significados e funções do espaço público. No Parque Gezi, em Istambul, ameaçado por um projeto imobiliário, o parque funcionou tanto como algo a ser protegido pelos ativistas quanto como o palco no qual os ativistas realizaram suas ações. Até mesmo os protestos contra os “ônibus Google” em São Francisco

operaram de maneira similar, com os ativistas tentando proteger tanto a sobrevivência de moradores locais contra interesses corporativos e gentrificação, quanto as próprias ruas como espaços públicos, que por sua vez serviram como palcos de protesto (MAHARAWAL, 2017)¹.

Por meio desses casos, podemos começar a ver como o espaço público funciona tanto como foco como instrumento de mobilizações (o espaço público como entidade a ser protegida também funciona para reunir as pessoas). Ao mesmo tempo, o espaço público também serve eficazmente como palco de ações políticas e sociais. Isso é particularmente importante para grupos marginalizados social e politicamente, pois são grupos que muitas vezes não têm acesso a outros recursos e meios para expressar suas opiniões e defender seus direitos. Além disso, o espaço público (e movimentos por sua defesa), por atrair e reunir uma variedade de pessoas, oferece um lugar para repensarmos como diferentes indivíduos e grupos, e a sociedade em geral, podem se relacionar uns com os outros. Com isso em mente, o espaço público, junto ao ativismo associado a ele, tem o potencial de prover oportunidades para o surgimento de novos agrupamentos sociais e redes colaborativas. Em outras palavras, o espaço público pode funcionar como espaço de novos agenciamentos – um conceito de formação social focado na fluidez, flexibilidade e funcionalidades múltiplas introduzido por Gilles Deleuze e Felix Guattari (1987), e que vem reverberando recentemente com o surgimento de

novos movimentos sociais. Finalmente, porque muito do ativismo se ocupa de reunir pessoas e compartilhar conhecimentos, habilidades, contatos e recursos, podemos dizer que o ativismo no espaço público pode contribuir à construção de novos comuns, baseados em relações sociais e na produção social, em vez de se restringir apenas a recursos materiais.

Construindo os novos comuns

Como pesquisador na área do urbanismo, venho refletindo e escrevendo sobre espaço público há quase uma década. Começando com o livro *Growing Cities, Growing Communities: Learning from Seattle's Urban Community Gardens* (Cultivando cidades, cultivando comunidades: Aprendendo das hortas comunitárias de Seattle; HOU, JOHNSON, LAWSON, 2009), inspirei-me nas hortas comunitárias como uma forma de espaço público híbrido – não totalmente público nem totalmente privado no sentido convencional desses termos, uma forma de espaço público que incorpora a agência de indivíduos e coletivos. No livro *Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism* (Espaço público insurgente: Urbanismo guerrilheiro, 2010), me apoiando no meu trabalho anterior sobre hortas comunitárias, voltei minha atenção à constituição do espaço público por cidadãos ordinários (e por “não-cidadãos”) com relação a instituições do estado. Estava interessado em como esse tipo de construção do espaço de baixo para cima ocorre fora, ou no limite, dos domínios regu-

latórios do governo, e em como esses lugares e esses esforços de placemaking (construir lugares) permitem que comunidades sobrevivam e floresçam, e que novas comunidades e redes surjam. Exemplos incluem moradores de Pequim, em especial migrantes provindos de zonas rurais, que ocuparam espaços residuais na cidade para atividades sociais e de lazer (CHEN, 2010); e também o Park(ing) Day,² que começou em São Francisco (MERKER, 2010; BELA, 2015) como um ato temporário e de “guerrilha”, e que desde então se tornou um fenômeno mundial, inclusive sendo adotado por vários governos locais.

Em outro de meus livros, *Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking* (Cidades transculturais: Cruzamento de fronteiras e placemaking; 2013), eu me voltei ao modo como lugares e o processo de placemaking (criação de lugares) podem transformar relações sociais – em particular relações entre grupos culturais e étnicos diferentes. Em outras palavras, como espaços urbanos podem servir de veículo para a compreensão mútua entre culturas. Por exemplo, hortas comunitárias em Oakland permitem que refugiados e moradores locais plantem e cultivem lado a lado; pessoas de origens culturais e étnicas muito diferentes acabam compartilhando refeições e conversas. Lugares específicos e iniciativas de placemaking muitas vezes permitem e geram essas interações cotidianas (PRINCE, 2013). Eu também me vi interessado pela maneira com que agentes específicos – em um caso

2. Nota da Tradutora: Em inglês, o nome Park(ing) Day faz trocadilho com as palavras parking (estacionar, estacionamento) e park (parque). O movimento começou em 2005 em São Francisco, quando ativistas converteram uma vaga de estacionamento num parque temporário. Desde então, o Park(ing) Day acontece anualmente em várias cidades, com cidadãos e ativistas ocupando vagas dedicadas a carros com usos de estar e lazer, vegetação, mobiliário urbano etc. Park(ing) Day luta para a expansão de espaços públicos e a contenção de espaços dedicados ao automóvel. Ver o site do Park(ing) Day em <https://parkingday.org/about-parking-day/>. Acesso em: 28 out. 2018.

em particular, estudantes e professores no curso de assistência social do Centro de Parceria Harland, na Universidade de Utah – mediam esse processo, que demanda lidar com desconfortos e mal-entendidos, mas que gera oportunidades para interações em pessoa e para superar e respeitar diferenças (MAI E SCHMIT, 2013). Diferentemente de formas institucionalizadas do espaço público, a produção desses espaços por meio de ações independentes e coletivas pode ser considerada como a criação de novos comuns ou de atos de comunalização (commoning).

Os comuns e a comunalização (commons e commoning) emergiram como influente arcabouço intelectual por trás dos movimentos sociais recentes contra restrições e privatizações do espaço. Por um lado, alguns pesquisadores argumentam que essas ideias representam uma desconfiança em relação a instituições governamentais que não mais detêm o monopólio na provisão de bens e serviços sociais sob o neoliberalismo (SOHN, KOUSOULA E BRUYNS, 2015). Por outro lado, o conceito de comunalização também sugere formas de autogestão participativa diferentes de instituições estatais (KIP ET AL, 2015, p. 9). De acordo com Hess (2008, p. 3), o surgimento dos novos comuns representa uma reação à “crescente mercantilização, privatização, corporatização, globalização desenfreada e governos indiferentes.” Hess descreve como os novos movimentos desenvolvem “novas formas de autogestão, colaboração e ação coletiva” (p. 3–4).

O interesse renovado nas noções de comuns e comunalização tem gerado muitos esforços para articular os significados contemporâneos dos termos. Por exemplo, os filósofos políticos Michael Hardt e Antonio Negri (2016, p. 8)³ sugerem que os comuns podem ser entendidos tanto como “a riqueza comum do mundo material” (ar, água, terra, etc.) quanto como os “resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção” (conhecimentos, linguagens, códigos, informação, afetos, etc.). Mais especificamente, eles propõe uma noção do comum que se foca nas “práticas de interação, cuidado e coabitação num mundo comum, promovendo as formas benéficas do comum e limitando as prejudiciais” (Ibidem). De modo similar, Hess define os comuns como “comunidades que trabalham juntas por meio de autogestão para evitar a restrição de recursos ou para construir novos recursos compartilhados livremente” (HESS, 2008, p. 40). Ao examinar o processo de comunalização em movimentos recentes de ocupação de espaços públicos, como a Primavera Árabe, os Indignados na Espanha e o movimento Occupy pelo mundo inteiro, Stavros Starvides (2013) nota que, em todos esses casos, o espaço serviu tanto como bem a ser compartilhado quanto como forma de organizar práticas coletivas.

No livro *Urban Commons: Moving Beyond State and Market*, os autores observam que a maior parte das definições contemporâneas do comum incluem três aspectos: os comuns como recur-

NT: O artigo original de Hou refere-se à edição em inglês (2009). Aqui na tradução uso a edição em português (2016).

sos, como instituições, e como comunidades “envolvidas na produção e reprodução dos comuns” (KIP ET AL., 2015, p. 15). Também usando uma estrutura tripartite, a filósofa Adrian Parr (2015, p. 87) sugere que a comunalização urbana refere-se a três processos paralelos: primeiro, “um projeto político que tenta construir coalizões entre causas individuais, locais, regionais, nacionais e mesmo internacionais”; segundo, “um processo de urbanização que constrói alternativas à produção e realização da mais-valia”; e terceiro, “atividades colaborativas envolvidas em transformar concretamente o sistema de propriedade exclusiva que transforma o comum em não-comum”. Em suma, a comunalização urbana sugere uma visão da sociedade diferente do paradigma neoliberal dominante que vem regendo a transformação de cidades e a privatização dos espaços urbanos em décadas recentes.

Como um educador que trabalha junto a comunidades e que leciona numa faculdade de design e planejamento, venho pensando em como as nossas práticas profissionais e pedagógicas podem lidar com esses fenômenos e processos de uma forma melhor. Em particular, aqueles entre nós que trabalham junto a comunidades nem sempre têm o luxo de se dedicar puramente à pesquisa e publicações. Trabalhando lado a lado com nossos colaboradores e parceiros na comunidade, temos a preocupação de gerar resultados sociais e materiais tangíveis, incluindo a capacitação de pessoas; se não o fizermos, perdemos credibi-

lidade. No resto deste artigo, apresentarei dois exemplos para demonstrar como podemos responder a esses desafios e oportunidades na prática – os desafios e oportunidades de criar novos agenciamentos sociais e novos comuns por meio do design e planejamento participativos junto a comunidades. Os dois estudos de caso representam, primeiro, meu trabalho com comunidades em Seattle, e, depois, o trabalho de meus colegas em Taipei.

O bairro de Chinatown-International District em Seattle

Nos últimos dezesseis anos, meu trabalho junto a comunidades em Seattle está focado no bairro conhecido como Chinatown-International District, na parte sul do centro da cidade. O bairro, como o nome indica, é uma comunidade multiétnica, com uma história fascinante de imigração e assentamento multicultural. É também um bairro marcado por muitos desafios – a chegada de novos imigrantes que precisam de serviços sociais, a ameaça de novos empreendimentos imobiliários – comuns a muitos outros bairros étnicos na América do Norte. Um dos problemas recorrentes do bairro tem a ver com a competição por territórios entre grupos étnicos diferentes, resultando em tensões e conflitos constantes sobre identidade e outros interesses. Outro desafio é que, no passado, outras tentativas de trabalho junto à comunidade não foram capazes de sustentar interações entre diferentes grupos étnicos, sociais e até mesmo



Figura 2. Fotografias tiradas por moradores locais revelam a importância de ambientes cotidianos na vida de imigrantes recentes. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

etários. As questões centrais para nós, planejadores e designers comunitários trabalhando no bairro, são: como assegurar que moradores e outros membros da comunidade participem do processo de maneira efetiva e significativa, especialmente aqueles com limitações no uso da língua inglesa ou no entendimento de processos públicos nos Estados Unidos; e como cultivar interações e diálogos sociais de maneira a superar tensões e conflitos persistentes. Em outras palavras, como podemos tornar o processo de planejamento e design mais envolvente e participativo, e como podemos criar um espaço acolhedor e inclusivo para membros diferentes da comunidade?

Desde 2002, com meus alunos e colegas, venho trabalhando com diferentes associações comunitárias, experimentando modos diferentes de envolver moradores e outros com interesses na comunidade por meio de vários projetos de planejamento para o bairro – com o propósito não apenas de melhorar o ambiente do bairro, mas também de capacitar a comunidade a enfrentar questões importantes por meio de colaboração e engajamento. Ao longo dos anos, produzimos projetos que agora estão em estágios diferentes de realização. Além de projetos desenvolvidos em disciplinas universitárias de projeto, há também projetos que as associações comunitárias criaram por si mesmas, muitas vezes a partir de conversas conosco em nossas disciplinas universitárias, e às vezes com nosso envolvimento direto também.

Testamos muitos métodos para envolver os membros da comunidade e superar barreiras culturais e linguísticas. Por exemplo, para conduzir conversas mais substanciais com a comunidade, em particular com idosos, usamos a técnica da “fotovoz” (photovoice), dando câmeras fotográficas para que as pessoas pudessem tirar fotos do que gostam e do que não gostam no bairro. Então usamos as fotografias para conversar e aprender mais sobre suas experiências cotidianas naquele ambiente. As fotografias e conversas renderam uma compreensão mais profunda da vida dos indivíduos naquele bairro. Em um caso, um homem idoso incluiu seus amigos em todas as fotos que tirou de uma horta comunitária. Ele nos explicou que seus amigos eram os elementos mais importantes da horta. Como um imigrante recente, a horta permitiu que ele desenvolvesse redes de contato social e se adaptasse ao novo ambiente (HOU, 2005).

Em vez de reuniões públicas que tendem a ser ineficazes e aborrecidas, enfatizamos a importância de atividades interativas e práticas por meio de “jogos de design” (SANOFF, 1979). Um dos jogos que desenvolvemos chamava-se “design como segunda língua,” que foi incorporado a um curso de inglês para estrangeiros. Com figuras recortadas representando diferentes elementos de paisagem, legendadas em chinês e inglês, os participantes projetaram um parque juntos ao mesmo tempo em que aprenderam inglês. O jogo inseriu a participação comunitária numa atividade cotidiana (neste caso, o curso de inglês, que muitos dos



Figura 3. Jogos de design e oficinas oferecem aos moradores oportunidades de colaborar, aprender, e participar ativamente nos processos de design e placemaking. (Fotografia de Jeffrey Hou.)



Figura 4. O design para a expansão do parque Hing Hay foi desenvolvido com base nos resultados de uma oficina de design participativo, moderada em parte por jovens locais. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

moradores do bairro já estavam mesmo cursando). Além dos jogos, outra técnica que usamos é pedir para jovens do bairro organizarem e coordenarem as atividades em grupo por si mesmos, em parte porque são bilíngues e podem ajudar muito como intérpretes, mas também porque é uma maneira excelente de desenvolver lideranças e capacitar jovens imigrantes. E mais: ao incluir os jovens, criamos oportunidades entre gerações diferentes – evitando separar as faixas etárias em grupos isolados no processo participativo.

Com esse espírito experimental, insistimos em desenvolver um jogo de design diferente a cada vez, o que nos permite trabalhar com os conhecimentos e habilidades que aquele grupo de moradores já possui. Em um caso, uma das atividades mais populares na comunidade era comer uma refeição tipo bufê; então, criamos um jogo chamado “bufê de design” (HOU, 2017b). Assim como numa refeição de bufê, os participantes podiam escolher atividades de lazer e elementos de paisagismo (a comida) de uma mesa de bufê, e retornar às suas respectivas mesas para planejar um parque. Misturamos pessoas de idades diferentes em cada mesa, criando chances de interação entre as diferentes faixas etárias. Ao fim do jogo, os participantes tiveram a chance de apresentar e explicar seus projetos uns para os outros, o que ajudou a cultivar a apreciação e compreensão de perspectivas diferentes. Este jogo em particular foi provavelmente o mais bem sucedido que já fizemos. Assim que explicamos que o jogo seria como um

bufê, todo mundo começou a fazer fila. Não precisamos nem explicar o que é design ou o como é o processo de uma oficina criativa. Todo mundo entendeu o processo intuitivamente.

Para evitar a falácia de assembleias e apresentações públicas que parecem muito formais e inóspitas, com pouca interação substancial, nós preferimos usar eventos abertos ao público onde moradores podem conversar diretamente com designers, em vez de ficar sentados passivamente na plateia. Isso também facilita a participação das pessoas pelo tempo e no horário mais convenientes para cada um, durante um período em geral de duas a três horas. Além disso, é um formato que permite a crianças bem novas participar também, conversando diretamente com profissionais ou com alunos universitários, da mesma forma que fazem os adultos. Com base no que aprendemos com essas atividades, completamos uma série de projetos desde 2010, incluindo a Maynard Avenue Green Street (rua verde da Avenida Maynard); a renovação do parque Internacional das Crianças Donnie Chin; a reativação do Canton Alley, um beco histórico; o Yesler Hillclimb na Décima Avenida, uma via peatonal com escadaria, rampa, mosaicos, bancos e outros equipamentos; e a expansão do parque Hing Hay.

Como mencionei anteriormente, o objetivo principal do trabalho junto a comunidades é capacitar as pessoas a participar mais efetivamente no processo público, e até mesmo a poder liderar e



Figura 5. Eventos comunitários oferecem a oportunidade de ativar espaços do bairro e de capacitar grupos e indivíduos a participar em processos públicos. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

coordenar um projeto. No caso do parque Internacional das Crianças, nós apoiamos a criação de um Grupo de Amigos do Parque que tem sido fundamental no desenvolvimento do projeto, e que tem continuado seu papel de liderança por meio de programação e eventos regulares no parque. Também participamos da criação de um centro de design e recursos comunitários – espaço IDEA, que tem sido muito importante para o envolvimento da comunidade de forma contínua, no dia-a-dia e também em processos como a busca de financiamento e a coordenação de projetos. Esses projetos, por sua vez, ajudam a manter o comércio local, empreendimentos imobiliários, a segurança pública e o design de espaços públicos do bairro. O espaço IDEA acabou de comemorar dez anos em 2018.

cidade inteira, com a condição de que os espaços sejam abertos para o público, e assim contribuindo para a melhoria geral de cada bairro. Para concorrer, comunidades desenvolvem propostas e obtêm permissão para utilizar o espaço escolhido. O município então provê o financiamento para implementar o projeto, segundo recomendações de uma comissão formada por profissionais e acadêmicos. O programa Open Green se originou de uma iniciativa para criar espaços verdes temporários na cidade, usando lotes vazios. Mas em vez de apenas plantar e aumentar as áreas verdes da cidade, o grupo de paisagistas e planejadores que encabeçou o projeto viu nisso a oportunidade de desenvolver novos comuns para a comunidade – ou seja, lugares que sustentam a construção dessas comunidades.



Figura 6. O sucesso de experimentos temporários com placemaking, como esta horta urbana, levaram ao desenvolvimento do Programa Open Green Matching Fund em Taipei. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

O Programa Open Green em Taipei

O segundo estudo de caso é o Programa Open Green Matching Fund (programa de subsídios equivalentes para espaços verdes) em Taipei, um programa de placemaking que apoia comunidades locais em seus esforços para ativar espaços vazios (sejam públicos ou privados) na cidade como uma maneira de reenergizar espaços abertos, em particular em bairros mais antigos, e de construir laços comunitários. Desde sua criação em 2014, o programa tem sido gerido por um escritório local de planejamento e design, contratado pelo governo municipal. O programa de subsídios financia cerca de dez a vinte projetos anualmente, pela

Exemplos de projetos financiados pelo programa Open Green incluem hortas e jardins comunitários, e a conversão de espaços residuais em locais para o encontro da comunidade, onde eventos como sessões noturnas de cinema ao ar livre podem acontecer. Exemplos incluem também projetos como a White Hut (barraca branca), um prédio vazio de dois andares de propriedade do Ministério da Defesa. Com apoio do programa Open Green, ativistas do bairro converteram o prédio em uma “ferramentoteca” para a vizinhança. Em um curto período, a biblioteca de ferramentas foi transformada em uma oficina comunitária de consertos e em um makerspace (estúdio e oficina para designers, artistas,



Figura 7. A White Hut serve como lugar para consertos, compartilhamento de recursos, e sociabilidade. (Fotografia de Jeffrey Hou.)



Figura 8. Subsídios iniciais do programa Open Green permitiram a ativistas transformar um subsolo vazio em um centro de atividades comunitárias e experimentação social. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

4. NT: Do You a Flavour (faço um sabor) faz trocadilho em inglês com as palavras “favour” (favor) e “flavour” (sabor).

artesãos etc.) As pessoas podem frequentar o espaço para aprender a fazer reparos em eletrodomésticos, móveis etc. A oficina e estúdio são abertos a todos, sejam moradores do bairro ou não; voluntários que trabalham na oficina provêm de muitas áreas diferentes da cidade. Em vez de fazer os consertos para as pessoas que trazem seus objetos, os voluntários ensinam as pessoas a consertar suas coisas sozinhas. A White Hut foi concebida como um espaço de compartilhamento – de habilidades, conhecimentos, tempo e recursos. O espaço também é usado para outras atividades, como cursos de treinamento para designers comunitários. O que começou como uma “hora do conserto” acabou virando muitos outros usos – agendados estrategicamente para incluir pessoas diferentes da comunidade, cujos horários de trabalho nem sempre são os mesmos.

Com muitos voluntários para um espaço relativamente pequeno, a White Hut começou a apoiar a criação de makerspaces em outras áreas, como a Timber Hut (barraca de madeira), localizada numa parte diferente da cidade, mas que também transformou um espaço vazio e sem uso em uma oficina e makerspace comunitário. Um outro projeto interessante está localizado no complexo habitacional South Airport Apartments, um conjunto construído com ajuda financeira norte-americana. Quando o complexo foi terminado em 1968, era a construção mais avançada e moderna da cidade. No entanto, desde então sua condição física vem decaindo. O projeto original

previa um mercado no subsolo, que se abriria para um pátio central. O mercado havia fechado há muito tempo, e o espaço tinha ficado desocupado por muitos anos, até que um jovem recém-formado em arquitetura apareceu. Ele reconheceu o potencial desse espaço e mandou uma proposta para o programa Open Green para fazer uma renovação. Em menos de um ano, o subsolo passou a abrigar múltiplas organizações de serviço social, incluindo a CityDreamer, organização que oferece treinamento profissional para moradores de rua e que usa o espaço para uma oficina de marcenaria. Outra organização é a Nanji Rice, um projeto do grupo Do You a Flavour em colaboração com outras ONGs⁴. O projeto tem como foco uma cozinha comunitária na qual moradores e voluntários cozinham e comem juntos, além de compartilhar ingredientes e oferecer serviços a pessoas carentes. Eles também entregam marmitas a moradores idosos que não conseguem se deslocar até a cozinha comunitária. O novo espaço do subsolo também é palco de outros eventos, como sessões de cinema, um restaurante em que o freguês escolhe o quanto paga, e “horas de conserto” com voluntários vindos da White Hut.

Outro projeto notável do programa Open Green envolveu a Comuna Hun, que começou como o primeiro espaço de coworking (lugar de trabalho compartilhado) da cidade. Para conseguir a participação de seus vizinhos, membros da Comuna Hun concorreram ao financiamento Open Green



Figura 9. O Projeto Guarda-Chuva Taipei também transformou um lote vazio em um espaço experimental. (Fotografia de Jeffrey Hou.)

para converter um espaço vazio próximo à sua sede em um espaço aberto temporário. O projeto inteiro foi realizado em apenas um dia – com paletas, grama artificial e muitos jovens voluntários. Depois, vários elementos foram sendo acrescentados, incluindo enormes faixas com fotografias dos vizinhos que haviam sido convidados para ser retratados. Enquanto esperavam ser fotografados, os vizinhos começaram a conversar entre si – tanto residentes recém-chegados quanto moradores de longo tempo, que antes não tinham chance de conversar uns com os outros (HOU, 2017a). Com a transformação bem-sucedida do espaço, os membros da Comuna Hun transformaram sua própria organização em um escritório de design especializado em transformar e ativar lotes vazios na cidade. Além dos projetos individuais, devido a seu repetido sucesso o programa Open Green foi copiado em outras cidades de Taiwan, como Keelung, Taoyuan e Hsinchu.

Criando espaço e prática para os novos comuns

Em suma, para criar espaços e práticas para os novos comuns, precisamos pensar no planejamento e no design como formas de prática social, no sentido de que a prática do planejamento e do design precisa contribuir com a construção de redes e relações sociais – tanto quanto contribui com a construção de estruturas e espaços. Assim como fazemos espaços, criamos habitats e recuperamos ecossistemas, também precisamos considerar maneiras de construir e desenvolver

redes e relações por meio do design e de processos de participação comunitária. Além disso, precisamos não apenas abrir o processo de design à participação social, mas também contribuir para capacitar comunidades, para que participantes e interessados possam ser capazes de agir e criar redes e intervenções por si mesmos. No caso do bairro Chinatown-International District em Seattle, isso ocorreu com atividades práticas e interativas nas quais os moradores usaram suas habilidades pré-existentes e desenvolveram novas habilidades. Isso também ocorreu com parcerias com organizações locais, incluindo grupos de jovens que têm a oportunidade de desenvolver sua capacidade de liderança durante o processo.

Em segundo lugar, precisamos facilitar e promover a cultura do compartilhamento e aprendizado social – processos fundamentais ao espaço dos novos comuns. No caso do programa Open Green, projetos como a White Hut são exemplares, pois sustentam uma cultura de compartilhamento não apenas de recursos materiais mas também de habilidades, conhecimento e redes sociais. É importante frisar que esta cultura de compartilhamento deu origem a muitos projetos similares. Isso me leva ao meu argumento final: que precisamos criar redes e relações não apenas dentro de comunidades e vizinhanças existentes, mas também entre comunidades e redes sociais de diversas origens sócio-culturais e condições econômicas. Em outras palavras, precisamos considerar lugares e placemaking como partes

de uma rede – o que, pode se dizer, é a essência dos novos comuns – um comum construído na formação de novas relações e agenciamentos.

Em particular nesta nossa época em que as divisões sociais e políticas estão aumentando, esses novos comuns são cada vez mais importantes para desfazer barreiras sociais e reconectar comunidades ao espaço e umas às outras. Um tal processo de construir os novos comuns pode dar a indivíduos e comunidades um sentimento confiante de agência e capacidade de transformar o meio construído e suas relações sociais. Nossa capacidade de participar em tais processos irá determinar a relevância e significado da nossa profissão e prática diante dos profundos desafios sociais e políticos contemporâneos.

Referências:

BELA, John. User-Generated Urbanism and the Right to the City. In: HOU, Jeffrey et al. (eds.). **Now Urbanism: The Future of City is Here!** Londres e Nova York: Routledge, 2015, p. 149-164.

CHEN, Caroline. Dancing in the Streets of Beijing: Improved Uses within the Urban System. In: HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.** Londres e Nova York: Routledge, 2010, p. 21-35.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia.** Min-

neapolis: University of Minnesota Press, 1987.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Commonwealth.** Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HESS, Charlotte. Mapping the New Commons. In: TWELFTH BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF THE COMMONS, 14–18 jul. 2008, Cheltenham, UK.

HOU, Jeffrey et al. **Greening Cities, Growing Communities: Learning from Seattle's Urban Community Gardens.** Seattle: University of Washington Press, 2009.

HOU, Jeffrey. Speaking Images: A Case of Photovoice Application in Community Design. In: VISUALIZING CHANGE: ASSOCIATION FOR COMMUNITY DESIGN ANNUAL CONFERENCE. 30 mar. – 1o. abr. 2005. Nova York.

_____. (ed.). **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities.** London and New York: Routledge, 2010.

_____. **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking.** London and New York: Routledge, 2013.

_____. Urban Commoning in Cities Divided: Field Notes from Hong Kong and Taipei. **Perspecta: The Journal of the Yale School of Architecture** n. 50: Urban Divides, 292-301, 2017a.

_____. Design Buffet. In: DE LA PEÑA et al. **Design as Democracy: Techniques for Collective Creativity**. Washington, DC: Island Press, 2017b, p. 178-181.

KIP, Markus et al., Seizing the (Every)Day: Welcoming to the Urban Commons! In: DELLENBAUGH et al., Urban Commons: **Moving Beyond State and Market**. Basel: Birkhäuser Verlag, 2015.

MAHARAWAL, Manissa M. San Francisco's Tech-led Gentrification: Public Space, Protest, and the Urban Commons. In HOU, Jeffrey e KNIERBEIN, Sabine. **City Unsilenced: Urban Resistance and Public Space in the Age of Shrinking Democracy**, Londres e Nova York: Routledge, 2017, p. 30-43.

MAI, Trinh e SCHMIT, Kimberly. Creating Political and Social Spaces for **Transcultural Community** Integration. In HOU, Jeffrey (ed.), **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking**, Londres e Nova York: Routledge: Routledge, 2013, p. 207-221.

MERKER, Blaine. Taking Place: Rebar's Absurd Tactics in Generous Urbanism. In HOU, Jeffrey (ed.) **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities**, Londres e Nova York: Routledge, 2010, p. 45-58.

PARR, Adrian. Urban Debt, Neoliberalism and the Politics of the Commons. **Theory, Culture & Society** vol. 32, n. 3, 69-91, 2015.

PRINCE, Adam. Urban Agriculture as "Agricultural" Producer. In HOU, Jeffrey (ed.), **Transcultural Cities: Border-Crossing and Placemaking**, Londres e Nova York: Routledge: Routledge, 2013, p. 237-250.

SANOFF, Henry. **Design Games: Playing for Keeps with Personal and Environmental Design Decisions**. Los Altos, CA: William Kaufman, 1979.

SOHN, Heidi et al. Introduction: Commoning as Differentiated Publicness. **Footprint: Delft Architecture Theory Journal**, n. 16, p. 1-8, 2015.

STARVIDES, Stavros. Re-inventing Spaces of Commoning: Occupied Squares in Movement. **Quaderns-e**, vol. 18, n. 2, p. 40 – 52, 2013. Disponível em: [https://www.antropologia.cat/files/Quaderns-e%2018\(2\)_article3\(Dossier1\).pdf](https://www.antropologia.cat/files/Quaderns-e%2018(2)_article3(Dossier1).pdf). Acesso 31 out. 2018.

